



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35  
Fones (0195) PABX 46-1222 - 46-1057 - Fax (0195) 46-1296 - Cx. Postal 18 - CEP 13.490-970

MENSAGEM DE VETO Nº 001/94-PMC - Referente ao Projeto de Lei nº 003/94-CMC, de 16/08/94 - Autógrafo nº 1.850.

Cordeirópolis, aos 05 de setembro de 1994.

Exmo. Senhor Presidente,

Tenho a honra de levar ao Vosso conhecimento, para os fins de direito, que nos termos do artigo 55 da Lei Orgânica do Município, "caput" e parágrafos, resolvo vetar, totalmente, o Projeto de Lei nº 003/94-CMC, de 16 de agosto de 1994, aprovado por essa nobre / Casa Legislativa, conforme Autógrafo nº 1.850, pelas razões a seguir expostas.

De iniciativa parlamentar, a propositura tem como objetivo alterar a forma de execução das horas atividades dos docentes municipais, lotados no Departamento de Educação e Cultura.

Sem embargo do respeito que merecem as deliberações dessa Augusta Casa, como legítimo representante da vontade popular, não posso acolher o texto que me foi encaminhado, por entendê-lo contrário ao interesse público.

Ressaltamos que é de suma importância o estabelecimento do local de cumprimento e execução das horas-atividades, para que a Direção e o Departamento de Educação e Cultura possam tomar conhecimento direto do uso adequado dessas horas-atividades, além de acarretar descontrole do uso adequado das referidas horas-atividades, se praticadas e desenvolvidas em local livre, indeterminado, bem como, / não haveria controle sobre o próprio horário, gerando-se dúvidas, incertezas e inseguranças, quanto ao tempo certo usado de horas-atividades, sendo dessa forma, totalmente contrária ao interesse público local.

Pelo acima exposto, verifica-se que o texto impugnado ostenta clara inconveniência ao interesse público, não podendo, assim, ser aceito pela Administração, oportunidade em que encaminhamos o veto para exame e apreciação dessa Casa de Leis, reiterando à Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Atenciosamente,

Ao Exmo. Senhor

JOSÉ OSMAR MOMETTI

DD. Presidente da Câmara Municipal

JOSÉ GERALDO BOTTON

-Prefeito Municipal-

CORDEIRÓPOLIS-SP





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35  
Fones (0195) PABX 46-1222 - 46-1057 - Fax (0195) 46-1296 - Cx. Postal 18 - CEP 13.490-970

## EXPEDIENTE INTERNO

DO: Jurídico - AO: Sr. Prefeito Municipal, via Gabinête.

REF: "AUTÓGRAFO Nº 1-850, de 17/08/94, originário da  
"Eg. Câmara Municipal de Cordeirópolis, aprovando  
"o Projeto de Lei nº 003/94, de autoria do Nobre  
"Vereador MILTON ANTONIO VITTE - VETO JUSTIFICÁ -  
"VEL, com apôio legal no artigo 55, "caput" e pa-  
"rágrafos, da Lei Orgânica do Município de Cordei-  
"rópolis, em Parecer Técnico da Sra. Diretora do  
"Dptº de Educação e Cultura, sob o fundamento de  
"a alteração pretendida pelo Projeto aprovado ser  
"contrária ao interesse público local - Parecer '  
"Jurídico da Procuradoria Municipal. "

SR. PREFEITO :

01. Em 22/08/94, o Gabinête de S.Sa. recebeu o AUTÓGRAFO nº 1-850, de 17/08/94, encaminhando-nos o seu texto escrito (em anexo), para o analisármos, sob o enfoque da possibilidade legal de veto oponível, prejudicando-se, assim, a sanção e promulgação dêsse Executivo Municipal ;

02. Por entendêrmos, "data venia", que a matéria envolvia' opinião técnica da área da Educação e Cultura do Municí-  
pio, solicitâmo-la à sua competente e zelosa Diretora, dela provindo a sua abalizada manifestação contrária à alteração pretendida pelo mencionado Projeto de Lei nº 003/94, aprova-  
do já pela Edilidade, e de autoria do nobre vereador MILTON ANTONIO VITTE ;

03. O nosso parecer, ora formulado, num primeiro enfoque, acompanha do aludido Parecer Técnico da Sra. Diretora ' do Dptº de Educação e Cultura do Município, quando S.Sa. fun-  
damenta a sua manifestação, no sentido de ser importante o estabelecimento do local de cumprimento e execução das ho-  
ras-atividades, a serem desenvolvidas pelo pessoal docente' das Escolas Municipais, inclusive para que a Direção e o De-  
partamento possam tomar conhecimento direto do uso adequado





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35  
Fones (0195) PABX 46-1222 - 46-1057 - Fax (0195) 46-1296 - Cx. Postal 18 - CEP 13.490-970

dessas horas-atividades . Também nêsse passo, o mencionado Parecer Técnico é contrário ao PARÁGRAFO UNICO do Projeto Aprovado, que propõe local livre, para o desempenho das referidas horas-atividades, portanto em lugares outros, fóra da Escola.


O dispositivo vigente, sôbre tal assunto ( atual parágrafo único, do art. 33, do Estatuto do Magistério local, Lei Municipal nº 1.659/91 - pretendida mudar ), determina que a execução dessas horas-atividades seja determinada pelo Diretor do Departamento de Educação e Cultura, e, como se vê, a atual Direção, em seu Parecer Técnico anexo, é contrária à retirada dessa sua competência funcional, pois no uso dessa competência é que a Direção do Dptº de Educação vem fixando o local de desenvolvimento das mencionadas atividades, conforme às necessidades da Escola e das suas Professoras;

04. Sob o ângulo estritamente legal, o veto total é permitido na Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis ( art. 55 , cabeça e parágrafos ), e, inclusive, pelo Regimento Interno de nossa Câmara - sob o fundamento e justificativa de que a alteração do atual art. 33 e seu parágrafo único, da vigente Lei Mun. nº 1.659/91 - Estatuto do Magistério local do Município - acarretará descontrôle do uso adequado das referidas horas-atividades, se praticadas ou desenvolvidas " em local livre ", indeterminado, sendo, portanto, contrária ao interesse público local.

E, assim como não haveria contrôle sôbre o local, também não haveria contrôle sôbre o próprio horário, gerando-se dúvidas, incertezas e inseguranças, quanto ao tempo certo usado de horas-atividades.

Com tais justificativas, sou de parecer que o veto total do Executivo, ao mencionado Autógrafo, é legal, oportuno e administrativamente conveniente, além de acudir a reais interesses públicos, da Educação local.

É o nosso parecer, "sub censura". Cord., 02/09/94.

  
\_\_\_\_\_  
ruy lima

c/cópia=rpf.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35  
Fones (0195) PABX 46-1222 - 46-1057 - Fax (0195) 46-1296 - Cx. Postal 18 - CEP 13.490-970

Cordeirópolis, 01 de Setembro de 1994

DO: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

AO: DEPARTAMENTO JURÍDICO

A/C DR. Ruy Fina

Mediante solicitação de V.Sª venho através deste emitir meu parecer técnico sobre alteração do Artigo 33, / parágrafo único da Lei 1.659 de 22/05/91 do Estatuto do Magistério Municipal no que diz respeito à carga horária e / forma de execução das horas-atividades cumpridas pelos professores. Declaro-me contrária à aludida alteração pois as horas de trabalho pedagógico desenvolvidas pelos professores na Unidade Escolar tem sua fundamentação básica no trabalho coletivo entre os profissionais do Magistério Municipal e o resgate da qualidade de ensino. O espaço de tempo de Trabalho Pedagógico representa a recuperação da qualidade de ensino enquanto os professores reunidos sistematizam a sua formação com leituras, estudos e reflexão que venham enriquecer o trabalho pedagógico. É importante como trabalho coletivo porque é o momento para discussão da prática pedagógica que se desenvolve em sala de aula com troca de experiências e busca de soluções. Além da atualização e a perfeição pedagógico este tempo é usado pelo professor para preparo de aula, correção das atividades dos alunos e preparo de material pedagógico.

Compreendo então que é de suma importância que - se estabeleça horário e local para cumprimento das horas-atividades do Magistério da Rede Municipal de Ensino pois enriquece o trabalho pedagógico e facilita o trabalho da



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35  
Fones (0195) PABX 46-1222 - 46-1057 - Fax (0195) 46-1296 - Cx. Postal 18 - CEP 13.490-970

Direção da Escola e do Departamento.

Somente assim poder-se-á tomar conhecimento se o professor está fazendo o uso adequado destas horas que são acrescentadas à sua jornada básica e que são remuneradas pelo Poder - Público Municipal.

Sem mais para o momento, firmamo-nos cordialmente e renovamos votos de elevada estima e consideração.

  
Lourdes Aparecida Boteon Pio  
( Diretora Deptº de Educação )



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 51 - CAIXA POSTAL 58  
FONE (0195) 46-1702 - CEP 13490 - CORDEIRÓPOLIS - SP

## COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

### VETO TOTAL

-REF. PROJETO DE LEI (CMC) nº 003 / 94 de 16 / 08 / 94

AUTORIA - VEREADOR MILTONANTONIO VITTE

### =P A R E C E R=

ANALISANDO O PROJETO EM EPÍGRAFE, CONSTATAMOS QUE O MESMO SE ENCONTRA PERFEITAMENTE LEGAL SOB O ASPECTO EDUCACIONAL, CULTURAL, ESPORTIVO E TURÍSTICO, HAVENDO PORTANTO, CONDIÇÕES PARA A SUA APROVAÇÃO.

SOMOS PELA SUA APROVAÇÃO, SEM RESTRICÇÕES.

É O PARECER.

CORDEIRÓPOLIS,

Ver. ABÍLIO BOTTON

-Presidente-

Ver. NICOLINO ROBERTO DIÓRIO

-Relator

Ver. LACIR GONÇALVES

-Membro-



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCHI, 51 - CAIXA POSTAL 58  
FONE (0195) 46-1702 - CEP 13490 - CORDEIRÓPOLIS - SP

## COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA

VETO TOTAL  
-REF. PROJETO DE LEI (CMC) nº 003 / 94 de 16 / 08 / 94

AUTORIA DO VEREADOR MILTON ANTONIO VITTE.

### = P A R E C E R =

ANALISANDO O PROJETO EM EPÍGRAFE, CONSTATAMOS QUE O MESMO SE ENCONTRA PERFEITAMENTE LEGAL SOB O ASPECTO JURÍDICO, HAVENDO PORTANTO, CONDIÇÕES PARA A SUA APROVAÇÃO.

SOMOS PELA SUA APROVAÇÃO, SEM RESTRIÇÕES.

É O PARECER.

CORDEIRÓPOLIS,

  
Ver. JOSÉ ANTONIO BARBOSA  
-Presidente-

  
Ver. LACIR GONÇALVES  
-Relator

  
Ver. ARMANDO RIVABEN  
-Membro-





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCO, 51 - CAIXA POSTAL 58  
FONE (0195) 46-1702 - CEP 13490 - CORDEIRÓPOLIS - SP

## COMISSÃO PERMANENTE DE REDAÇÃO

### VETO TOTAL

-REF. PROJETO DE LEI (CMC) nº 003 / 94 de 16 / 08 / 94

AUTORIA DO VEREADOR - MILTON ANTONIO VITTE.

### =P A R E C E R=

ANALISANDO O PROJETO EM EPÍGRAFE, CONSTATAMOS QUE O MESMO SE ENCONTRA PERFEITAMENTE LEGAL SOB O ASPECTO REDACIONAL, HAVENDO PORTANTO, CONDIÇÕES PARA A SUA APROVAÇÃO.

SOMOS PELA SUA APROVAÇÃO, SEM RESTRIÇÕES.

É O PARECER.

CORDEIRÓPOLIS,

Ver. MILTON ANTONIO VITTE

-Presidente-

Ver. JOSÉ VALTER MASCARIN

-Relator-

Ver. ABÍLIO BOTION

-Membro-





**FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEFAM**  
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

Of. CEPAM nº 3.325/94  
Proc. FPFL nº 1239/94  
Ref.: s/ofício nº C65/94-C.M.C.

São Paulo, 13 de outubro de 1994

Senhor Presidente

Encaminhamos a Vossa Excelência o Parecer CEPAM nº 17.101, elaborado por nossa Superintendência de Assistência Técnica, sobre o assunto objeto do expediente supra-referido.

Aproveitamos a oportunidade para reafirmar nossos protestos de consideração e apreço.

  
8/ DOUGLAS AGUILAR  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
José Osmar Mometti  
DD. Presidente da  
Câmara Municipal de  
CORDEIRÓPOLIS - SP

SAT/gtn



**FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM**  
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

Parecer CEPAM nº 17.101

Processo FPFL nº 1239/94

Interessada: Câmara Municipal de Cordeirópolis

Vereador José Osmar Mometti, Presidente

CÂMARA MUNICIPAL - Organização administrativa de órgãos do Executivo não é de sua competência.\*

**CONSULTA**

Indaga-nos a Câmara Municipal de Cordeirópolis, na pessoa de seu Presidente, Vereador José Osmar Mometti, acerca da legalidade da propositura, por parte da Câmara, de projeto de lei que altera o funcionamento administrativo do Magistério.

**FARECER**

Respondendo sucintamente às questões a nós enviadas, esclarecemos o seguinte:

O Vereador não possui competência para iniciar processo legislativo referente a matérias que tratem de regime de pessoal ou de estruturação dos órgãos da Administração Pública.

---

(\*) Parecer elaborado em 7/10/94.





**FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM**  
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

.2.

A competência, para tanto, é do Prefeito Municipal, com base no art. 49, incisos II e III, da Lei Orgânica Municipal. Logo, a Câmara Municipal não possui competência para intervir em tal assunto.

Além disso, o próprio Departamento de Educação e Cultura emitiu parecer contrário à alteração do art. 33, parágrafo único, da Lei nº 1.659, de 22/5/91 - Estatuto do Magistério Municipal -, alegando ser fundamental ao bom desempenho das atividades pedagógicas e conseqüente melhoria da qualidade de ensino a fixação de horário e local para o cumprimento das horas-atividades do Magistério.

Diante do exposto, se realmente a modificação for contrária ao interesse público, agiu corretamente o Prefeito Municipal vetando o projeto de lei com base no artigo 55, "caput", da Lei Orgânica Municipal.

Advirta-se, em tempo, que o veto ao projeto de lei poderia, a nosso ver, até com maior acerto, ter sido fundamentado apenas com base na usurpação de competência, circunstância geradora da sua total inconstitucionalidade.

É o parecer.

São Paulo, 10 de outubro de 1994

  
JOSÉ CARLOS MACRUZ

Gerência de Legislação Social  
Gerente - Advogado

De acordo, encaminhe-se.

  
JOSÉ BISPO SOBRINHO

Superintendente de Assistência Técnica

gtn